

26º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

António Carlos do Rosário diz que o julgamento é uma farsa e acusa a PGR de ter permitido a entrada de espiões da Kroll no SISE

- No segundo dia de audição de António Carlos do Rosário, o juiz ameaçou o réu afirmando que não iria tolerar falta de respeito ao tribunal. "Hoje não haverá tolerância. Hoje o tribunal não vai advertir, não vai chamar atenção, só vai controlar o comportamento do réu. E se repetir o mesmo comportamento será recolhido para a cadeia e o interrogatório termina. O réu só voltará a esta sala no dia da leitura da sentença".



António Carlos do Rosário

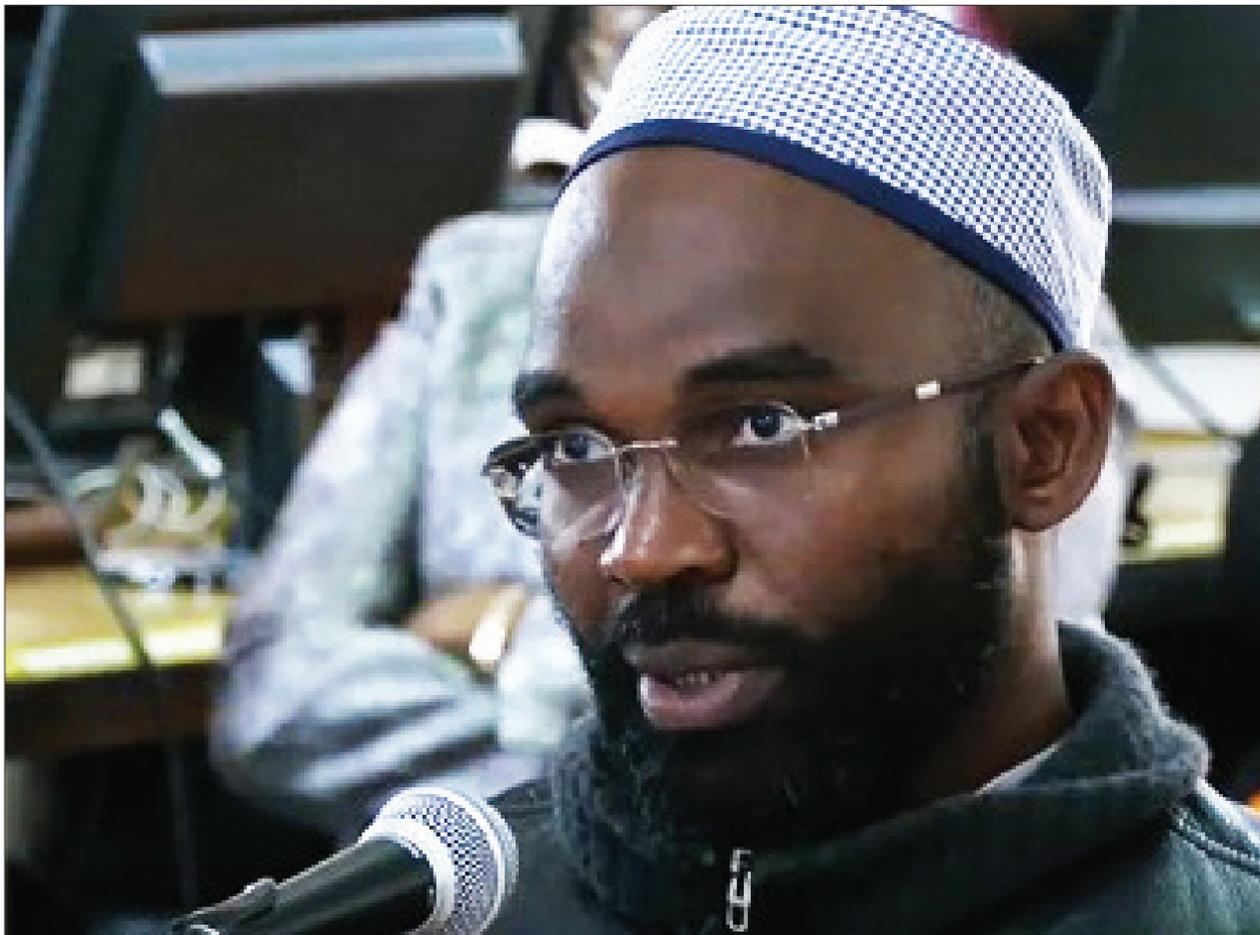
- Mesmo com a ameaça, o reu não se conteve quando era confrontado com documentos extraídos no seu computador que foi apreendido na Maputo Shipyard, uma subsidiária da MAM. “Eu nunca estive nos escritórios da Maputo Shipyard. Como é que foram apreender meu computador um lugar onde nunca estive? Eu tenho um histórico de desconfiança em relação à actuação do Ministério Público. A partir do momento em que uma instituição é usada para permitir a entrada de espões no meu País perde o meu respeito. Estamos aqui diante de uma farsa”.

O Ministério Público começou o interrogatório colocando perguntas relacionadas com o projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique. E a primeira pergunta foi de saber que tipo de estudos foram realizados para identificar as ameaças na Zona Económica Exclusiva, ao que o reu António Carlos do Rosário respondeu que foi ele, na qualidade de Director Nacional para Assuntos Internacionais na Divisão de Análise, que coordenou as pesquisas. O reu disse que não sabe se os estudos ainda se encontram na Direcção Nacional para Assuntos Internacionais na Divisão de Análise do SISE.

António Carlos do Rosário coordenou, em representação do SISE, os estudos para a identificação de soluções face às ameaças que tinham sido constatadas, nomeadamente a pirataria e a imigração ilegal. Sobre a reunião em que o reu Cipriano Mutota, à época Director do Gabinete de Estudos e Projectos do SISE, participou no Ministério da Ciência e Tecnologia onde foi apresentado um projecto de protecção costeira pelo grupo Privinvest, o reu disse que não tomou conhecimento desse evento e nem chegou a ver a alegada brochura que seu colega terá apresentado ao então Director-geral do SISE, Gregório Leão.

O Ministério Público fez questão de lembrar que Gregório Leão afirmou na sua audição que a brochura que lhe foi entregue pelo reu Cipriano Mutota tinha propostas de soluções semelhantes àquelas que tinham sido apresentadas por António Carlos do Rosário. Mas o reu explicou que o Director-geral do SISE recebe documentos de várias direcções e disse que Cipriano Mutota não fazia parte do grupo de estudos que ele liderava. À pergunta sobre quem fazia parte da equipa de estudos, o reu respondeu que não está autorizado a dar nomes de quadros do SISE. Foi o reu quem fez a primeira apresentação no Comando Conjunto do projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva, mas disse que só foi em 2018 que tomou conhecimento, através da PGR, da apresentação feita por Teófilo Nhangumele no Comando Conjunto.

António Carlos do Rosário disse que o projecto sobre a protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique apre-



Créditos: O País

sentado pelo seu colega Cipriano Mutota era totalmente diferente do trabalho que ele estava a desenvolver. O Ministério Público citou as palavras de Gregório Leão em que afirmou em tribunal que a apresentação feita por António Carlos do Rosário no Comando Conjunto tinha dados incompletos em relação à proposta que tinha recebido do reu Cipriano Mutota. Na sequência, o antigo Director-geral orientou Cipriano Mutota a apresentar a sua proposta no Comando Conjunto. Mas o reu António Carlos do Rosário disse que não se lembrava de alguém ter o dito que a sua proposta tinha dados incompletos. “O meu projecto contemplava operações abertas, através da ProIndicus, e operações encobertas, através da EMATUM. É por essa razão que Mutota e Nhangumele disseram que não conheciam EMATUM”.

Quando perguntado se poderia apresentar o seu projecto ao tribunal, o reu explicou que está detido há dois anos e sete meses e não tem acesso a documentos. “Os documentos que eu produzi são propriedade do SISE e, por essa razão, são classificados. Eu não levava documentos

do SISE para casa. Entrava e saía do escritório do SISE sem documentos, computador ou flash. Não sei porquê razão o Ministério Público não solicita ao SISE esses documentos”. Questionado se tem como provar que os estudos feitos sobre a protecção da Zona Económica Exclusiva foram feitos pelo SISE, o reu respondeu que a natureza dos serviços secretos é esconder a sua identidade. “Os documentos do SISE não levam o timbre do SISE, levam outro símbolo como cobertura. Se vir um documento com o timbre do SISE, está claro que não é do SISE”.

O Ministério Público prometeu juntar informação fornecida pelo SISE que demonstra que os estudos sobre o projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva a que o reu António Carlos do Rosário se refere ter realizado não existem naquela instituição. Na resposta dos serviços secretos dirigida ao ofício da Procuradora-Geral da República, o então Director-geral do SISE, General Lagos Lidimo, disse que no acto de recepção de pastas não lhe foi entregue nenhum expediente relacionado com as empresas

ProIndicus, EMATUM e MAM. E António Carlos do Rosário reagiu logo: "A resposta que o General Lagos Lidimo deu foi com base na proposta que eu dei a ele, de que a informação solicitada pela PGR destinava-se à Kroll. Acho que ele percebeu que não podia partilhar informação classificada com entidades estrangeiras. Alguns investigadores da Kroll que estiveram em Moçambique tinham servido como espiões britânicos. Eram reformados dos serviços secretos". A Kroll é a empresa que fez a auditoria internacional do escândalo das "dívidas ocultas" em Moçambique e foi contratada pela Embaixada da Suécia em Moçambique.

António Carlos do Rosário disse que não entende como é que desde 2015 o Ministério Público está a pedir essas informações, mesmo sabendo que são classificadas. "O Ministério Público é o zelador da legalidade neste País, mas está a forçar-me a violar a lei. Mudem a lei primeiro". E a representante do Ministério Público disse que os projectos eram comerciais e não tinham nada de segredo de Estado. E questionou: "Se era segredo de Estado, porquê é que foram partilhadas informações com terceiros, como o Credit Suisse e Privinvest". E António Carlos do Rosário explicou: "Nós partilhamos essencialmente a parte comercial do projecto com os bancos e o fornecedor. É impossível que em pleno século XXI um banco aceite financiar empresas sem conhecer projectos nem estudos de viabilidade. Eu não tinha motivo nenhum de preferir partilhar informação com agentes externos e não com o Ministério Público. Eu pensava que o Ministério Público fosse um órgão de Estado que defendesse instituições nacionais contra intervenientes externos, como Kroll".

À pergunta sobre que trabalhos de due diligence foram feitos para identificar fornecedores do projecto de protecção de Protecção da Zona Económica Exclusiva, o reu explicou que foram feitas várias visitas a empresas fornecedoras, mas não citou os países por questões de serviços. "O único que aceitou o que nós queríamos foi Privinvest. Além de fornecer barcos, eles aceitaram fornecer serviços e transferir tecnologia. O que queríamos não era meramente comprar meios, nós queríamos garantir a manutenção. Nós queríamos adquirir tecnologia para produzir barcos como HSI (High-Speed Inter-section)".

O reu disse que em 2002 e 2003 fez duas viagens aos Emirados Árabes Unidos à procura de Iskandar Safa, porque tinha conhecimento de que era um famoso fornecedor de meios navais. "Contactei os serviços secretos locais para facilitar um contacto com Iskandar Safa, mas

não foi fácil. Passado alguns anos, soube que as pessoas que eu estava à procura nos Emirados Árabes Unidos já estavam em Maputo. Depois tive conhecimento de que tinham contactado Cipriano Mutota, a quem eles tratavam por Rosário". O reu disse que só descobriu que o grupo Privinvest estava a trabalhar com Cipriano Mutota quando este lhe entregou um envelope contendo uma proposta de protecção da Zona Económica Exclusiva.

Sobre as viagens ao exterior feitas no âmbito do projecto, o reu disse que fez várias deslocações à Alemanha e que a primeira foi sozinho, em 2011. Na segunda viagem à Alemanha, o reu disse que fez com dois quadros do Ministério da Defesa Nacional, indicados pelo então Ministro, Filipe Nyusi, mas já não se lembra da data e dos nomes. Questionado se ao nível do SISE terá sido indicado o reu Cipriano Mutota para integrar a delegação que se deslocou à Alemanha, António Carlos do Rosário disse que não tomou conhecimento dos factos. "Eu era coordenador de uma equipa e Cipriano Mutota não fazia parte da mesma e nem fui eu quem o indicou para viajar à Alemanha".

À pergunta com quem interagiu na viagem à Alemanha, o reu respondeu que foi com os gestores do estaleiro do grupo Privinvest em Kiel. Consta dos autos que António Carlos do Rosário esteve na Alemanha, nos dias 19 a 21 de Dezembro de 2011, com Armando Ndambi Guebuza, Teófilo Nhangumele e Bruno Langa, mas o reu não confirmou. Confrontado com um email que o Teófilo Nhangumele enviou para Bruno Langa e este, por sua vez, reencaminhou para Armando Ndambi Guebuza, com a agenda da viagem à Alemanha, o reu reagiu dizendo que não esteve nessa viagem. Se tinha explicação para o facto de pessoas que não estavam na sua equipa que trabalhava no projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva tenham viajado para visitar estaleiros do grupo Privinvest, o reu disse que não tinha resposta.

O reu disse que sempre produziu relatórios sobre as suas viagens, mas fez saber que são poucas vezes que o Director-geral do SISE fica a ler com os relatórios. "Pela especificidade do nosso trabalho, nós reportávamos verbalmente ao Director-geral. Ele não tinha tempo para ler relatórios. Apresentei as potencialidades do fornecedor e ele concordou e disse que podíamos avançar". Confrontado com o relatório da viagem à Alemanha em que consta o seu nome, o reu disse que não conhece o documento. "Este relatório não é do SISE. Esta não é a forma usada pelo SISE para produzir relatórios. Nós não colocamos nomes nos relatórios e aqui consta logo na capa. Estou a ver

meu nome no relatório, mas não conheço o documento".

Em relação à viagem a Abu Dhabi, entre os dias 16 e 21 de Janeiro de 2012, no âmbito da verificação das capacidades do grupo Privinvest, consta dos autos que o reu viajou na companhia de Teófilo Nhangumele, Bruno Langa e Armando Ndambi Guebuza. Confrontado com esses factos, o reu negou que tenha viajado com os três. Disse que na primeira viagem que efectuou a Abu Dhabi no âmbito da verificação das capacidades do fornecedor reuniu-se com gestores do grupo Privinvest, incluindo Jean Boustani. Na segunda viagem a Abu Dhabi efectuou fez-se acompanhar por dois quadros da Defesa, os mesmos que o acompanharam na segunda deslocação a Kiel, Alemanha. Eu é que chefiava a missão porque era membro do Comando Operativo. Os dois quadros da Defesa acho que eram chefes de departamentos nas respectivas instituições".

Perguntado se sabia quem autorizou as viagens de Teófilo Nhangumele, Bruno Langa e Armando Ndambi Guebuza, e quem solicitou o pagamento de ajudas de custas para os três réus, António Carlos do Rosário respondeu negativamente. Nas viagens a Abu Dhabi, o reu disse que interagiu com Jean Boustani e visitou os estaleiros do grupo Privinvest. "A primeira viagem é sempre exploratória. Além dos encontros com os gestores do grupo Privinvest, interagiu também com os serviços secretos locais para saber se o grupo é recomendável. É por essa razão que não integramos quadros de outras instituições que não têm sensibilidade com matérias de inteligência". Confrontado com as fotos em que António Carlos do Rosário aparece ao lado de Armando Ndambi Guebuza, Bruno Langa, Iskandar Safa e o Príncipe de Abu Dhabi, o reu disse que a imagem não tem nada a ver com ele. "Eu peço uma imagem mais nítida. Não me reconheço aqui".

Questionado se tem conhecimento do papel que os réus Teófilo Nhangumele, Armando Ndambi Guebuza e Bruno Langa desempenharam no projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva, o reu respondeu que, em relação a Nhangumele, só tomou conhecimento através da imprensa. Quanto aos réus Ndambi Guebuza e Bruno Langa, António Carlos do Rosário disse que não tem conhecimento. Confrontado com um email contendo documentos de financiamento (contrato e garantia) do projecto que Teófilo Nhangumele enviou no dia 5 de Fevereiro de 2013 para Isaltina Lucas, Raúfo Irá e António Carlos do Rosário e este, por sua vez, reencaminhou para Armando Ndambi Guebuza, o reu respondeu nos seguintes

termos: “Eu não uso emails pessoais para tratar assuntos do serviço. O email é meu, mas não me lembro de ter usado para assuntos do serviço. E eu não tinha o email de Armando Ndambi Guebuza”.

Foi ainda confrontado com um email relacionado com o projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva enviado por Teófilo Nhangumele, a 6 de Fevereiro de 2013, para Isaltina Lucas, Raúfo Irá e António Carlos do Rosário e este, mais uma vez, reencaminhou para Armando Ndambi Guebuza. Mas a resposta foi a mesma: “Não recebi esses emails e não envie para Ndambi Guebuza. Os meus aparelhos electrónicos estão com o Ministério Público e seria justo que me confrontasse com documentos extraídos desses aparelhos. É extremamente curioso que eu só recebo emails e reencaminho para Armando Ndambi Guebuza. Se Nhangume-

le tem acesso a Ndambi Guebuza, porquê razão não enviou directamente para ele”. A representante do Ministério Público disse ao reu que só trouxe dois emails para mostrar o papel de Teófilo Nhangumele e Armando Ndambi Guebuza no projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique.

O Ministério Público remeteu ao tribunal documentos relacionados com o projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva extraídos no computador de António Carlos do Rosário que foi apreendido na empresa Maputo Shipyard, uma subsidiária da MAM, no âmbito do processo autónomo. Dos documentos constam relatórios de viagens a Alemanha e Abu Dhabi feitos por Teófilo Nhangumele, no âmbito do projecto. Mas o reu disse que nunca esteve na empresa Maputo Shipyard. “Eu tenho um

histórico de desconfiança em relação à actuação do Ministério Público. A partir do momento em que uma instituição é usada para permitir a entrada de espões no meu País perde o meu respeito. Estamos aqui diante de uma farsa”. O juiz teve que chamar a atenção ao reu.

Consta dos autos que a partir de um determinado momento o reu Teófilo Nhangumele passou a servir de ponto de contacto entre os representantes do grupo Privinvest e as autoridades moçambicanas. O Ministério Público recorreu, mais uma vez, a um email de 9 de Outubro de 2012 extraído do computador de Teófilo Nhangumele e enviado a Jean Boustani, informando-o sobre um encontro com o Ministro das Finanças, Manuel Chang, em que este teria perguntado se o grupo Privinvest iria aceitar as garantias do Estado.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PROGRAMMATIC PARTNER

FINANCING PARTNERS

